



Ariadne Dall'Acqua Ayres

Universidade de São Paulo



Crizian Naori Carneiro

Kaingang

Universidade Estadual do Centro-Oeste



PESQUISAR COM O TERRITÓRIO: O QUE A CIÊNCIA PRECISA APRENDER COM QUEM JÁ ESTÁ LÁ

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i26.1649

Quando uma equipe de pesquisa chega a um território, carregando gravadores, formulários, protocolos e termos aprovados por comitês acadêmicos, algo fundamental pode dar errado, antes mesmo de a primeira pergunta ser feita. Principalmente em se tratando de pesquisas com comunidades vulnerabilizadas, as pesquisas vêm sendo cada vez mais regulamentadas, em vias de proteger e respeitar os participantes da pesquisa. A pesquisa científica em territórios indígenas e comunidades tradicionais acumula décadas de extração: dados colhidos, artigos publicados, e nenhuma semente plantada de volta no chão de onde tudo brotou.

Este texto nasce de outro lugar. Foi construído entre duas perspectivas e duas formas de conhecer: a da prática acadêmica da pesquisadora que atua em campo e a da vivência indígena da jovem que conhece esse campo como casa. Nossa intenção é direta: apresentar boas práticas que tornam uma pesquisa não apenas embasada cientificamente e rigorosa metodologicamente, mas ética e respeitosa. Não traremos uma lista de autorizações formais necessárias, e sim, tópicos para guiar o planejamento e a conduta em campo.

Comunidades locais e povos indígenas participam ativamente de pesquisas científicas há muito tempo, seja como informantes, acom-

panhantes de campo ou sujeitos de pesquisa. Recentemente, ganharam espaço formatos colaborativos, como a pesquisa transdisciplinar, que prioriza a colaboração entre atores acadêmicos e não acadêmicos, a integração de diferentes sistemas de conhecimento e busca gerar impacto real no contexto onde é realizada. Sua condução requer uma nova postura dos pesquisadores, visando conciliar sua própria expertise com as demandas trazidas pelo grupo com que se deseja trabalhar e diferentes sistemas de conhecimento (Brandt et al., 2013). Aos pesquisadores que advêm de áreas das Ciências Exatas ou Naturais, o desafio posto pode ser amplo quando envolvem incertezas e conflitos nos territórios. Beber de aportes teórico-metodológicos das Ciências Sociais (ex.: Bernard, 2006), bem como de referenciais decoloniais (ex.: Smith, 2018) traz aprofundamento teórico para o desenvolvimento de pesquisas mais sensíveis ao contexto. Além da fundamentação científica, esse formato requer planejamento, engajamento genuíno, escuta ativa e abertura para aprender com quem já habita o território.

Relação pesquisador-comunidade: posicionalidade e transparência

Toda pesquisa é feita a partir de uma lente. Ao chegar a um território, o pesquisador carrega

uma trajetória acadêmica construída em instituições que, em grande parte, ignoraram ou subalternizaram os saberes das comunidades que agora querem estudar. Nomear isso não é fraqueza, é rigor e reflexividade. É examinar como a posição do pesquisador influencia o processo e os resultados da pesquisa, componente essencial das pesquisas em ciências sociais e ambientais.

Na prática, a posicionalidade significa: apresentar-se à comunidade antes de iniciar a pesquisa, explicar seu interesse no território, quem financia o trabalho, o que se espera produzir e quais são os limites do que pode ser feito. Significa estar disposto a ouvir que aquela proposta não interessa, ouvir quando alguém diz que não entendemos os desafios – e considerar que talvez seja verdade. Significa alinhar expectativas antes de coletar qualquer dado.

Pesquisar em território é prática de comunicação e relacionamento. Respeito multicultural, a pluralidade de pensamentos e ao tempo do outro não é condescendência, nem substituição do conhecimento científico pelo local: é o reconhecimento que existem outras formas legítimas de entender o mundo. Comunicar com clareza inclui devolver o conhecimento produzido em formatos adaptados ao contexto, com linguagem acessível, em assembleias ou pequenos grupos, disponibilizando dados e garantindo que os resultados não sejam apenas publicados em revistas internacionais de acesso restrito, mas devolvidos àqueles que contribuíram para sua construção.

O tempo no território é outro ponto crítico. Prazos e limites de financiamento raramente respeitam os momentos das comunidades. Uma boa prática exige cronogramas que incluam períodos intencionais de presença sem coleta: tempo de estar, de escutar, de construir confiança antes de pedir qualquer coisa. Pesquisas baseadas em visitas breves, nas quais o pesquisador entra no território, coleta informações e se retira rapidamente, são insuficientes para apreender a complexidade da vida comunitária e reproduzem dinâmicas de extração de conhecimento, que podem resultar em dados superficiais, sem a confiança que garante profundidade e contexto.

Protagonismos e relações de poder: refletir antes de publicar

Nenhum dado vale mais do que a segurança de quem o forneceu. Em territórios atravessados por conflitos fundiários, disputas políticas ou vulnerabilidades históricas, a exposição indevida de uma liderança, de uma prática cultural ou de uma localidade pode ter consequências graves e irreversíveis. O anonimato previsto aos participantes de pesquisa pelos comitês de ética precisa ser garantido de forma robusta, não apenas com troca ou supressão de nomes, mas com atenção a todos os elementos que poderiam identificar uma pessoa ou um grupo. O consentimento informado deve ser real: explicado, discutido e, se preciso, refeito ao longo da pesquisa. Essa proteção vale tanto para ameaças externas, quanto para possíveis tensões internas ao próprio território.

A propriedade intelectual coletiva e a proteção do conhecimento tradicional são questões centrais e cada vez mais debatidas pelas comunidades ao decidir se autorizam ou não a entrada de pesquisadores em seus territórios, que já foram palco de diversas investidas antiéticas, extrativistas e, até mesmo, de biopirataria. Cabe questionar: qual o limite entre documentar práticas, conhecimentos e extrair dados sensíveis? Os próprios membros da comunidade é que devem esclarecer essas dúvidas, garantindo que o pesquisador não prejudique o território e as pessoas que estão colaborando com a construção da pesquisa.

Existe uma injustiça silenciosa que atravessa décadas de pesquisa científica em territórios: o conhecimento nasce na comunidade, é colhido pelo pesquisador externo, e publicado com um único sobrenome: o dele. Como garantir que membros da comunidade sejam reconhecidos como co-produtores do conhecimento, não apenas “sujeitos” ou “informantes”? Os membros da comunidade que explicaram o funcionamento de uma prática, que guiaram expedições, que traduziram não apenas línguas mas cosmologias inteiras aparecem, quando aparecem, nos agradecimentos. Raramente como coautores. Isso não é apenas uma questão de justiça simbólica. É uma questão de poder. Quando esse poder

se concentra fora do território, a comunidade perde a autonomia sobre a própria história. Boas práticas exigem mudanças concretas: discutir autoria no início da pesquisa e incluir colaboradores locais como coautores quando sua contribuição intelectual for justificada (ex.: Ayres et al., 2023).

Uma vez que o pesquisador escolhe se colocar em campo e consegue estabelecer relações de confiança e reciprocidade com membros da comunidade, um aspecto que destacamos é a abertura para que os próprios participantes da pesquisa conheçam mais o trabalho de um pesquisador. Qual o olhar com o qual se entra em uma floresta, por que se interessa em conhecer mais sobre determinada espécie ou prática, por que conversar com os anciões ou com os jovens, por que é importante ouvir diferentes perspectivas sobre um mesmo assunto? Esse fator é muitas vezes ignorado. Em muitos territórios, jovens estão ingressando em universidades e desenvolvendo interesse por pesquisa, inclusive sobre seus próprios territórios e vivências. A pesquisa deve fortalecer a capacidade da própria comunidade de monitorar e produzir conhecimento sobre si mesma. A postura da equipe de pesquisa no território pode influenciar o florescimento de pesquisadores locais onde antes havia apenas pesquisados.

Conclusão

Pesquisar em território é um ato de relação. Exige presença, reciprocidade e humildade diante do que ainda não se conhece. Pesquisar com o território é uma escolha epistemológica. Significa reconhecer que o conhecimento produzido em parceria é mais profundo,

mais justo e, no limite, mais científico do que aquele extraído à distância. As boas práticas apresentadas aqui não são obstáculos ao fazer científico: são o próprio caminho para uma ciência que se pretende relevante, honesta e duradoura. Quando a pesquisa fortalece quem participou dela, quando os dados retornam ao solo de onde brotaram, quando o nome de quem ensinou aparece ao lado do nome de quem publicou – aí, talvez, a ciência esteja cumprindo o que sempre prometeu: produzir conhecimento que transforma. O que a ciência tem a ganhar com isso é muito mais do que imagina, e o que pode perder é a própria legitimidade do conhecimento que produz.

Referências

- Ayres, Ariadne D.; Caetano, A. L.; Silva, C. S.; Brando, F. R. Co-Construindo Diálogos Sobre Conflitos Territoriais Entre Povos Indígenas E Pesquisadores Não Indígenas Por Meio Da Língua. In: Nelson Russo de Moraes et al. (Org.). Povos originários e Comunidades tradicionais. 1ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2023, v. 12, p. 18-37.
- Bernard, H. R. (2006). Research methods in anthropology: Qualitative and quantitative approaches (4th ed.). AltaMira Press.
- Brandt, P., Ernst, A., Gralla, F., Luederitz, C., Lang, D. J., Newig, J., Reinert, F., Abson, D. J., & von Wehrden, H. (2013). A review of transdisciplinary research in sustainability science. *Ecological Economics*, 92, 1–15.
- Smith, L. T. (2018). Descolonizando metodologias: Pesquisa e povos indígenas (R. G. Barbosa, Trans.). UFPR.